



Fl. 525

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA NAZARÉ

ATA 02/2025

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas e quarenta e quatro minutos realizou-se na sala do Auditório da Junta de Freguesia da Nazaré, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José Alexandre Serra Sales e secretariada Anabela Delgado Zarro Balau e João Pedro Azevedo Pessa. -----

Além dos membros da mesa, fizeram parte da sessão os Senhores: Maria Celeste Ferreira Cardador, José Carlos Petisca Pereira, Ricardo Jorge Batista dos Santos, Ricardo António Mafra Germano Esgaio, Valter José Lameiro Soares, Teresa Alexandra Santos Ferreira e Joaquim Alfredo do Carmo Alexandre Macatrão - eleitos pelo Partido Socialista; Tânia Gandaio da Silva, Nuno Filipe Figueiredo dos Santos, António Absalão Ova dos Santos, Rui Pedro Marques Venâncio, António Manuel Silvério Teixeira, Ruben José Codinha Chalabardo e Susana Dinis Gonçalo - eleitos pelo Partido Social Democrata; Sara Louração Vidal Correia da Silva, Filipe Louração Correia da Silva e Cláudio Miguel Lopes Peça - eleitos pela Coligação Democrática Unitária; Telma Laborinho Ferreira – eleita pelo Bloco de Esquerda; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga, respetivamente, Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão, e da Nazaré, e a Senhora Elsa Margarida Oliveira Lino Nascimento Matos, representante legal do Presidente da Junta de Freguesia de Valado dos Frades. -----

Solicitaram a substituição os Membros: Jorge Ribeiro (BE); Cândida Coelho (PSD) – suspensão de mandato por oito dias; Helena Vaz – suspensão de mandato por oito dias (PSD) suspensão de mandato por oito dias; Sofia Boleixa (PSD); Vasco Sousa (CDU); Samuel Oliveira (CDU) e Samuel Fialho da CDU. -----

Esteve presente o executivo camarário, composto pelos Senhores, Manuel António Águeda Sequeira, Orlando Jorge Eustáquio Rodrigues, Regina Margarida Amada Piedade Matos, João Paulo Quinzico Delgado, Maria de Fátima Soares Lourenço Duarte, Paulo Jorge Santos Reis e Ana Teresa Mafra Neto. -----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: -----

Tomada de Posse de membro efetivo do Partido Social Democrático:

- Nuno Filipe Figueiredo dos Santos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou a Assembleia, que iria ser proposto a retirada do ponto 10 e do ponto 12, da Ordem do Dia. Prestou informações sobre a Comissão de Acompanhamento de Obras Públicas. Que, estará em elaboração um relatório para ser apresentado na próxima Assembleia Municipal e agradeceu a disponibilidade do Engenheiro João Santos, Chefe da DOMA. -----

Tomado conhecimento. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

1. ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025 - *Apreciação e votação.*

Aprovada por unanimidade. -----

Não tomaram parte na votação os membros que não estiveram presentes na referida sessão.

2. LEITURA DO EXPEDIENTE

Tomado conhecimento.

3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

1 – Intervenção da Senhora Deputada Tânia Gandaio: -----

“Boa noite a todos os presentes e aos que nos veem a partir de casa, venho em primeiro lugar propor à mesa da Assembleia, caso todos concordem, realizarmos um minuto de silêncio pelo falecimento recente do Papa Francisco que faleceu recentemente, e que pela importância que o mesmo teve como Humanista que foi e que, tanto batalhou para a criação de pontes e pela paz mundial, integrando sempre, e cito “todos, todos, todos!”

A Bancada do PDS gostaria de obter informações sobre as seguintes questões: -----

- Rodoviária, saber para quando a utilização em pleno daquele espaço por parte dos operadores? -----

- Pavilhão de Famalicão há mais alguma evolução? -----

- Trabalhos no Funicular da Pederneira se estão a decorrer conforme previsto?

- Fundação Mário Botas, há algum desenvolvimento? -----

- Habitação para jovens em Fanhais? -----

Já na reta final deste mandato e praticamente em campanha eleitoral, gostaríamos de saber, mais uma vez se já há datas para os arranjos nas estradas do concelho da Nazaré, uma vez que, são flagrantes e lamentáveis o estado de degradação que chegaram algumas vias transversais às principais como sejam a Branco Martins (principalmente das traseiras do Centro Cultural até às traseiras do Aki del Mar que está num estado deplorável). -----

Lamentamos da mesma forma, que ainda não tenha vindo a esta assembleia a proposta de abaixamento dos impostos!”. -----

– **Intervenção da Senhora Deputada Sara Vidal: “Voto de Pesar”.** -----

“Voto de Pesar pelo Falecimento de Sua Santidade o Papa Francisco

Foi com profunda consternação que a Assembleia Municipal da Nazaré tomou conhecimento do falecimento de Sua Santidade o Papa Francisco, figura de relevância mundial cuja vida foi dedicada incansavelmente à promoção da paz, da justiça social, do diálogo entre os povos e da defesa dos mais vulneráveis. -----

O Papa Francisco destacou-se pelo seu compromisso com os valores universais da solidariedade, da dignidade humana e do respeito pelas diferenças. O seu exemplo ultrapassou as fronteiras da Igreja Católica, afirmando-se como uma referência ética e moral para crentes e não crentes em todo o mundo. -----

O seu apelo constante a um mundo mais justo, onde a fraternidade, a humildade e a responsabilidade coletiva prevaleçam sobre o egoísmo e a indiferença, representa um legado que deve ser preservado e honrado por todas as gerações. -----

Neste momento de luto, a Assembleia Municipal da Nazaré, em representação da população do nosso concelho, expressa a sua homenagem à memória do Papa Francisco, endereçando aos fiéis católicos, à Igreja e a todos aqueles que se sentem tocados pela sua partida, as mais sentidas condolências. -----

Propomos que este Voto de Pesar seja dado a conhecer ao Patriarcado de Lisboa e à Embaixada da Santa Sé em Portugal, como expressão do respeito e reconhecimento da nossa comunidade. -----

Paz à sua memória. -----

Nazaré, 29 de abril de 2025 pelo Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré” -----

Fez-se um minuto de silêncio. – Aprovado por unanimidade. Todas as bancadas se associaram ao voto de Pesar. -----

- Declaração Política. -----

“A implosão do PS na Nazaré nada tem a ver com falhas súbitas de energia, fenómenos meteorológicos extremos ou oscilações nas redes de alta tensão, é antes uma morte há muito anunciada e que se vem arrastando, com especial evidência a partir do início deste mandato, quando para todos ficou bem claro que era preciso destabilizar para definir o próximo candidato ao trono, Isto não é um acaso, é uma cultura instalada, onde as visões umbilicais do mundo se refletem nas prioridades pessoais como sua mais ampla ação política! -----

Depois de vídeos deprimentes e antidemocráticos, apontando o dedo a freguesias que não concordam com este tipo de governação; depois de verem dois deputados na AMN - nada mais, nada menos, que o líder de bancada escolhido pelo PS e um membro da mesa da mesma cor —, abandonarem, em plena sessão, este PS, com duras críticas às políticas e opções que os próprios foram sustentando durante anos; depois de um orçamento chumbado na primeira aparição, e aprovado depois, "a martelo", e onde a freguesia de Famalicão, governada pelo PS, votou contra; depois de vários dos elementos que andaram com o anterior, e incontestado líder, literalmente ao colo, se distanciarem das suas opções e da sua governação autocrática e despótica; depois de, publicamente, vários militantes virem demonstrar a sua indignação com o rumo que este PS está a levar, apresentando a sua desfiliação partidária, eis que temos agora mais um 'tesourinho' para juntar à vasta coleção; depois de 12 anos de políticas absolutamente desastrosas para o desenvolvimento equilibrado do concelho, só podemos concluir que, desde o início, mesmo quando quase todos se inebriavam com a projeção mediática da Nazaré, a CDU tinha razão na caracterização dos métodos, das práticas, das opções e dos protagonistas que têm tido este concelho nas mãos durante todo este tempo! Mais uma vez, não nos enganámos! -----

A retirada da confiança política e pelouros à vereadora Regina Piedade é apenas mais um caso a juntar ao imenso rol. Este estilhaçar da estrutura que colava, com saliva, um

conjunto de projetos pessoais, só poderia dar nisto. Se dívidas ainda houvesse sobre este PS, pensamos que está finalmente à vista de todos. Perdão: não está à vista de todos o que foi ontem o lavar de roupa suja na reunião de câmara, por manifesta falta de luz. O que ali se passou ontem e que, infelizmente, só assistiu quem lá esteve demonstra o que escrevemos e dissemos vezes sem conta, O executivo municipal que governa o concelho da Nazaré é incompetente, autoritário e desrespeitoso com todos os nazarenos. A discussão a que ontem se assistiu sobre atribuições de responsabilidades, ou falta delas, entre o presidente da câmara e a vereadora agora sem pelouros, sobre as falhas, os abusos, as faltas de empenho e de trabalho, os possíveis interesses pessoais escondidos, Etc. Etc., refletem o que de pior pode ter a política. E eram do mesmo partido. Fará não fossem. Muito ainda haveremos de ouvir de falar sobre isto tudo. -----

Os estilhaços voam por todo o lado e cada um multiplica-se em ações e em expedientes, para ver quem é que se descola mais depressa do nefasto projeto, a que estiveram ligados todo este tempo. -----

Uns dizem que é a democracia a funcionar. Nós afirmamos que é o resultado da degradação democrática deste PS no concelho. A saga continua e ainda muito se verá sobre esta manta de retalhos cujos alinhavos estão a rebentar um por um. Esperamos que o PS se explique e esclareça a população sobre mais este triste acontecimento. ----

Quem semeia ventos a cada caminhada, colhe tempestades a cada passo. Há responsáveis. Há rostos. Há cores. Que se tirem as devidas conclusões, se não quisermos estar atolados neste logro eternamente. E mesmo urgente mudar completamente o que aqui tem acontecido. E só muda quando a população não acreditar mais nos representantes dos partidos protagonistas de políticas desastrosas na nossa terra e no nosso país. Pois desengane-se quem acredite que o PS e o PSD são a alternativa que se adivinha, já mostraram vezes de mais que não são! Cabe aos munícipes essa decisão! --

Só a CDU tinha razão na análise a este processo de degradação política e democrática no plano local, e porque iniciámos esta intervenção a falar de falta de energia, razão redobrada passou a ter também relativamente à forma como se privatizaram "às postas" os sectores estratégicos nacionais, com o já célebre "apagão" de ontem. -----

Com as privatizações da GALP, da REN, da EDP, entre outras, protagonizadas por PS, PSD, CDS e com o apoio dos que hoje se disfarçam no CHEGA e na IL, o país ficou completamente dependente no que toca à produção e distribuição energética e à mercê dos grandes grupos económicos que hoje lucram milhões (EDP-825M/€; GALP — 1.169 M/€), enquanto as famílias e as micro, pequenas e médias empresas, para além de estarem reféns destas lógicas "rendistas", não param de ver as faturas da energia a crescer. -----

Tínhamos e temos razão! Há que mudar de paradigmas e de opções políticas que conduzam à soberania nacional e à libertação dos interesses das grandes multinacionais. Tínhamos e temos razão, porque defendemos intransigentemente o povo e o país, enquanto alguns promovem os grandes interesses privados, amarrando as populações e diminuindo a independência nacional. -----

O dia de ontem apenas confirmou aquilo que temos dito há décadas. É por isto que não nos perdoam! Mas podem ficar descansados, não nos calarão! Nazaré, 29 de abril de 2025 p 'Io Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré. – Sara Vidal”.

“Voto de Louvor atribuído a Salvador Pequicho Luzindro” -----

Voto de Louvor, Atribuído a SALVADOR PEQUICHO LUZINDRO: Campeão Nacional de Duplo Minitrampolim -----

Os membros do Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré, presentes nesta reunião, apresentam para discussão e votação esta proposta de Voto de Louvor, nos seguintes termos: -----

Este voto de louvor é atribuído pela Assembleia Municipal da Nazaré a Salvador Pequicho Luzindro, jovem ginasta natural da Nazaré, pelo percurso desportivo excepcional que tem vindo a trilhar desde 2020, contribuindo com enorme distinção para a projeção do nome da Nazaré no panorama da ginástica nacional e internacional. -----

Desde muito jovem, Salvador Luzindro tem-se destacado em várias vertentes como desportista sendo um dos mais promissores talentos da ginástica de trampolins em Portugal, somando títulos e prestações memoráveis que evidenciam não só o seu talento, mas também a sua extraordinária ética de trabalho, disciplina e paixão pelo desporto.

Entre os seus feitos mais relevantes, destacam-se: -----

2020 — *Vencedor do seu primeiro torneio, o Torneio Jovem em Leiria, com apenas 8 anos.*

2021 — *Vence a sua primeira prova internacional, a Coimbra Gym Fest, mesmo sem ainda ter idade regulamentar. No mesmo ano, alcança o 3.º lugar no Campeonato Nacional de Duplo Minitrampolim.*

2022 — *Conquista os títulos de Campeão Distrital em Trampolim Individual, Sincronizado e Duplo Mini; sagra-se Campeão Nacional de Trampolim Sincronizado Base Divisão).*

2023 — Revalida os títulos distritais nas três disciplinas. É Vice-Campeão Nacional em Trampolim Individual e Duplo Mini. Vence a Portimão Open, o All Around Sporting Cup e a Scalabis Cup (a prova nacional com maior expressão internacional) em várias disciplinas.

É ainda o primeiro português masculino a atingir três finais no mesmo Campeonato do Mundo por Grupos de Idade (CMGI), realizado em Birmingham: 8. 2 lugar (Individual), 7. 2 (Duplo Mini) e 5. 2 (Sincronizado).

2024 — Renova os títulos de Campeão Distrital. Vence o campeonato nacional Individual e Duplo Mini tornando-se Campeão Nacional. Vence novamente a Coimbra Gym Fest e alcança 0 2. 2 lugar na Scalabis Cup em Duplo Mini.

2025 (época em curso) — Já conquistou os títulos distritais nas principais disciplinas e sagrou-se novamente Campeão Nacional de Duplo Mini. Venceu a Portimão Open em Trampolim Individual e lidera o ranking nacional em Individual e Duplo Mini para o CMGI tendo já garantido os mínimos de qualificação. A próxima etapa de apuramento será em Cascais, com o Campeonato Nacional a realizar-se na Nazaré, nos dias 24 e 25 de maio.

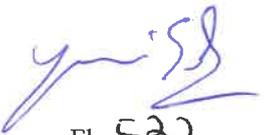
Ao longo da sua jovem carreira, Salvador Luzindro tem sido um verdadeiro embaixador da excelência desportiva, do espírito competitivo e do nome da Nazaré. O seu percurso é fruto de muito trabalho, sacrifício e do apoio incondicional da sua família e treinadores, merecendo por isso o reconhecimento público desta Assembleia.

Por tudo o acima exposto, os membros da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré, propõem:

Que a Assembleia Municipal da Nazaré expresse, através deste voto de louvor, o seu profundo orgulho e felicite calorosamente Salvador Luzindro, reconhecendo o seu contributo para o desporto local e nacional, desejando-lhe muitos parabéns e os maiores êxitos no seu percurso futuro, desde já no seu próximo objetivo: o Campeonato do Mundo por Grupos de Idade, a realizar-se em Pamplona. -----

Esta proposta, se aprovada, deve ser enviada às Juntas de Freguesia do concelho e ainda enviada cópia por correio eletrónico, ou entregue em mão, ao homenageado, a seus pais e ao seu clube, devendo ainda ser divulgada para a comunicação social local, regional e nacional. Nazaré, 29 de abril de 2025 O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

— Aprovado por unanimidade. -----


Fl. 532


3 – Intervenção da Senhora Deputada Telma Ferreira – Declaração Política.

“Os tempos que se aproximam vão ser decisivos para a democracia em Portugal.

No dia 18 de maio, o país volta às urnas para eleger um novo Parlamento. E se há uma certeza de que devemos afirmar sem hesitação, é esta: as escolhas que fizermos nestas eleições vão pesar no futuro da democracia portuguesa.

A extrema-direita está em crescendo. Usa a raiva como combustível, propaga o preconceito, e apresenta a repressão como resposta para tudo. Vem camuflada de “ordem”, mas traz o autoritarismo por dentro.

Não podemos normalizar este avanço. Não podemos assistir de braços cruzados enquanto se semeiam o medo, o ódio e a divisão.

E é por isso que hoje, nesta assembleia, a última antes das eleições, onde a democracia também se constrói todos os dias, é importante dizer: a força do Bloco de Esquerda nos órgãos representativos fará toda a diferença.

Faz a diferença quando denunciemos os abusos do mercado da habitação. Quando defendemos tetos às rendas, limites ao alojamento local, e a necessidade urgente de uma política pública de habitação que sirva quem trabalha e vive nas nossas terras — e não quem vem apenas extrair lucro.

Faz a diferença quando lutamos por salários dignos, por mais direitos laborais, por serviços públicos que sirvam o povo e não os interesses privados.

Faz a diferença quando dizemos “basta” a quem quer pôr em causa as conquistas de Abril: a igualdade, a liberdade, a justiça social.

O Bloco de Esquerda apresenta-se a estas eleições com a mesma força de sempre: combativo e comprometido com uma política que não se vende nem se verga. -----

Não vamos aceitar que se troque a convivência democrática por discursos de intimidação. Não vamos ceder à ideia de que tudo tem de ser “ao centro” porque tem sido o centro partidário a virar as costas a quem mais precisa. -----

Estas eleições não são sobre a estabilidade de cadeiras, são sobre a estabilidade dos direitos. -----

E é por isso que, mesmo com sondagens adversas, o Bloco não desiste. Porque representamos vozes que não têm voz. Porque fazemos política com verdade. E porque sabemos que vale a pena resistir.

Portugal precisa de uma esquerda firme, que enfrente sem medo os desafios do presente, que nunca esqueça o seu ponto de partida e para saiba qual o caminho a construir. ----

A 18 de maio, quem quiser travar retrocessos, afirmar direitos e garantir representação de quem luta por justiça social, tem no Bloco de Esquerda a escolha mais clara. Tem na Esquerda a força da igualdade". -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões: começou por cumprimentar todos, e desejou um bom trabalho a quem se encontra pela primeira vez na Assembleia e a Nuno Santos que agora será membro efetivo. Quis agradecer o trabalho que foi desenvolvido pela Comissão Municipal de Proteção Civil, durante o dia de ontem, porque se conseguiu reunir quase todos os elementos da Comissão na tentativa de dar resposta sobre o que serão as carências das instituições e que esse levantamento foi feito. Sobre a roda gigante disse que, a mesma será infraestrutura da responsabilidade da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, que inserida no ano que será o Jubileu, pediu e tem autorização, para colocar aquela infraestrutura e outras ali à volta. Sobre a questão da rodoviária, esclareceu que, têm conhecimento que a partir do dia 6 de maio, o operador que falta entrará em funcionamento e que a partir daí estarão criadas as condições para uma utilização plena, pois já têm duas operadoras a funcionar. Que, sobre a obra do Funicular, disse que, sabem que estarão a ser cumpridos todos os prazos – 18 meses, e que tal se deve ao trabalho da empresa que se encontra a fazer a obra, apresentando um trabalho de excelência. Que, a questão Mário Botas, tem sido um tema abordado entre os sete – que tiveram uma reunião com parte do Conselho de Administração, onde estavam representados dois elementos, em que dois já apresentaram demissão e que só estarão representados três elementos, mas que um deles não pôde estar presente, justificando essa indisponibilidade. Que, constataram, para além daquilo que serão as necessidades que vêm sendo impostas ao Município, apareceu mais uma, e no momento, o que estará em causa, terá de ser apreciado, porque sentem que a gestão pode ser comparticipada pelo Município, mas não pode ser exercida em pleno pelo Município, onde terá de haver uma certa autonomia. Que, haverá uma proposta de protocolo que já circulou, e que estarão a tentar formalizar. Que, o último pedido da Fundação, prendeu-se com a necessidade de um curador/a. Que, ainda ponderaram para ver se havia por perto alguém aposentado e conhecedor dessa matéria para dar a ajuda que se precisa, e que isso se encontra a ser feito. Que, se estará também a ver a abertura para os fins-de-semana e que estarão a ver essa possibilidade. Que, a situação do curador/a será mais uma despesa, o que implica que se terá de ponderar essa situação. -----

- Fez referência ao facto de a Vereadora Regina ter perdido os Pelouros que detinha na Câmara Municipal, porque se desvinculou do Partido Socialista, dizendo que correm o risco de ficar em minoria na Câmara. Que tomar uma decisão que implique um afastamento terá de ser tomada de forma maturada/pensada que envolverá a vida das pessoas. Disse à Deputada Sara Vidal, que tudo o que referiu na reunião de Câmara o poderá dizer ali na sessão da Assembleia; que discutem as situações e que nos outros partidos se calhar em vez de uma discussão, serão enviados para a Sibéria ou caem da janela do Hotel, mas que ali, discutem, convivem com as pessoas diariamente; que não serão amigos, porque se calhar já perderam essa vertente, da amizade, mas que continuam a ser pessoas que se respeitam. Que, a discussão política terá um pouco disso, e não precisam de enviar ninguém para outro lado ou fazê-la desaparecer, ou fazê-la cair, sem que ela se aperceba! -----

- **Usou da palavra o Senhor Vereador Orlando Rodrigues**, que depois de cumprimentar todos, disse: que o Pavilhão de Famalicão, tem sido uma prioridade do executivo nos últimos tempos – que o foco tem sido bastante grande, que a obra não terá tido “sorte” em que já teve várias empreitadas que, entretanto, foram suspensas. Que, no momento, haverá cerca de duzentos a trezentos mil euros para concluir a obra, tendo ficado mais um concurso deserto, o segundo, em que a melhor hipótese seria criar parcelas de obra em que se decidiu contratar empresas, para pedir cotação e em que ainda não foram enviadas e que aguarda mais uns dias, para tentar perceber as dinâmicas. Que, a prioridade, não será fechar totalmente o Pavilhão e que gostariam de adquirir um piso sintético, criar a devida vedação, arranjar os balneários, os sanitários e colocar o espaço com dignidade para que possa ser utilizado pelas crianças do Centro Escolar de Famalicão, e por todas as coletividades, quer de Famalicão quer de outras que possam querer utilizar o espaço, durante o próximo ano. Que, será esse o objetivo. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que disse que gostaria de acrescentar um pedido de esclarecimento – relativamente à roda gigante, se o pedido que deu entrada na Câmara, se foi em nome da Confraria, e também a nível de seguros. Que, houve uma vedação, que foi fixa ao chão e que inclusivamente foi reprovada e quis saber se essa situação, se encontra legalizada pela Câmara? Questionou, novamente sobre a Habitação Jovem de Fanhais, porque não ouviu a resposta do Senhor Presidente da Câmara. Quis também saber sobre as obras da Rua Branco Martins, sendo uma paralela à via principal, encontrando-se em estado deplorável. Haverá alguma perspetiva de manutenção àquela via? Que, em relação à Senhora Vereadora Regina, disse que, o que lhe causou alguma lamentação foi, o Senhor Presidente de Câmara e todo o executivo estarão a dirigir as energias para uma situação política em vez de se concentrarem na vida da população, que será o principal e para que foram eleitos. -----

- **Solicitou a palavra o Senhor Vereador João Delgado**, que depois de cumprimentar todos, disse: com a permissão do Senhor Presidente da Câmara e que já que foram desafiados a complementar aquilo que foram as informações prestadas e a discussão ao nível da reunião que tiveram os sete com a Fundação Mário Botas, e com dois elementos do seu Conselho de Administração e que será nesse sentido a sua intervenção – que não será para defender nenhuma honra, porque se irá escusar de comentar algumas situações lamentáveis colocadas pelo Senhor Presidente, não valendo a pena voltar a elas, mas

relativamente a essa questão em concreto porque será de primacial importância para o desenvolvimento da cultura no Concelho da Nazaré e da região e como tal disse nessa reunião, do País, tendo em conta a magnitude da obra de Mário Botas e a importância que teve no panorama artístico nacional, com as ligações que teve, não só na área artística, mas também no domínio da sua vertente profissional, que era a medicina, e será uma estrutura, em que a Fundação será um espaço que será de elementar importância para o desenvolvimento do Concelho, no que a cultura diz respeito. Que, nessas matérias como em tantas outras, gostariam de ter tido uma maior participação ao longo dos últimos quatro anos, porque só para casos bicudos serão chamados a intervir, os vereadores da oposição, mas que nunca viram a cara a qualquer desafio, e estando sempre presentes quando são desafiados a isso. Que, tiveram na reunião, no sentido de defender aquilo que será o interesse público, defender aquilo que será o investimento público numa organização de cariz privado, e que isso terá de ter contrapartidas, nem que seja ao nível da informação prestada que tem sido muito pouca aos munícipes da Nazaré que têm investido verbas já há algum tempo a esta parte, naquela Fundação e que já deveria ter condições para devolver a própria comunidade o que a mesma tem investido naquela estrutura. O que estará equacionado agora, será um reforçar desse apoio que tem vindo a ser garantido pelo Município da Nazaré. Que sabem, que existe uma pessoa a tempo inteiro financiada integralmente pelo Município, outra pessoa na parte da limpeza, também da responsabilidade do Município e que à medida que o Município vai investindo cada vez mais naquela estrutura, por um lado que se perde a independência do Conselho de Administração daquela casa, e que por outro lado haverá uma maior justificação para uma entrada do Município na orgânica daquela organização. Que, entendem que, o Conselho de Administração teve a sua opção, indo pelo caminho mais fácil, porque o caminho mais difícil seria aquele que eventualmente lhes garantia mais independência, mas também dava muito mais trabalho, não indo por aí, será uma opção legítima e que não querem colocar "foice em seara alheia". Que, volta à questão de princípio que será a defesa do interesse público e do erário público. Que, com o reforço agora colocado, para a comparticipação de um curador e de um segurança, essa questão os preocupa – que se estará a falar de uma Fundação, em que dos cinco elementos do Conselho de Administração que estavam em exercício até há bem pouco tempo, quatro ficaram de missionários, dois foram resgatados à última da hora, porque se encontra em curso um processo que terá a ver com o estatuto de utilidade pública que se encontra em curso e que seria preciso garantir essa situação. Que, a visão que colocaram ali, teve muitas reservas, tendo em conta a incapacidade de aplicação real e objetiva dos fundos públicos para pôr a Fundação a funcionar, abri-la ao público e fazer aquilo que será a sua obrigação. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões solicitadas: disse que o vereador João Paulo Delgado, estaria de certa forma a ser injusto, no que diz respeito ao pedido de ajuda. Que, enquanto presidente, nunca teve nenhuma reunião com o Conselho de Administração e que não foi por falta de pedidos/insistências, para reunir. Que, não tinha conhecimento formal da constituição do Conselho de Administração. Que, existe um afastamento grande dos próprios

elementos do Conselho de Administração. Que, se devia estar a trabalhar em sintonia. Que, defendia que o Presidente da Câmara, a figura, deveria constar como elemento do Conselho de Administração. Sobre a baixa de impostos, já tinha referido publicamente que, no presente mandato não o vão fazer, mas que vem estiver nas próximas eleições poderá fazer o que entender, e o que querem será criar condições para que seja criada essa possibilidade. Que, irão deixar criadas as condições para quem vier a seguir, tomar a decisão que quiser tomar, e que o trabalho que têm será baixar a dívida para que isso possa acontecer. Sobre a obra da Branco Martins, disse que, será um projeto que irá avançar e que irá a uma próxima reunião de Câmara, sendo orçada em quatrocentos mil euros. Que, sobre a questão da habitação jovem, disse que, só estarão agora a ter conhecimento desse dossiê e não tem informação de que haja alguma novidade para poder anunciar. Sobre a roda gigante, pensa que o pedido foi feito em nome da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Solicitou intervenção: -----

1 – A Senhora Ana Sofia Cardoso, com o tema “Alojamento Local” – Intervenção Núcleo Oeste ALEP: _

“Assembleia Municipal da Nazaré, Sessão 29 de abril 2025, 20:30

Cumprimento na Pessoa do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal os membros da mesa,

Cumprimento o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores.

Srs. Deputados Municipais, e restante público e comunicação social aqui presente

Muito Boa Noite

O meu nome é Sofia Cardoso,

Venho em representação do Núcleo do Oeste da ALEP, Associação do Alojamento Local em Portugal.

Por motivo do ponto 15. desta Assembleia “Proposta para suspensão de novos registos para Alojamento Local no concelho da Nazaré”, achámos pertinente intervir, hoje, com o objetivo primordial de colocar à disposição do executivo e desta assembleia a nossa

total disponibilidade para colaborar na elaboração do futuro Regulamento Municipal de Alojamento Local da Nazaré.

A ALEP, é a associação do setor que, defendendo sempre o princípio da proporcionalidade, equilíbrio e estabilidade da atividade do Alojamento Local, contribuiu em grande parte para as medidas mais equilibradas, hoje vertidas na Lei 76/2024 de 23 de outubro, que alteraram o Mais Habitação.

Da análise da proposta, que hoje será debatida e votada nesta assembleia, cuja fundamentação detalhada, espelha a base das preocupações identificadas pelo executivo, das quais destaco “Desequilíbrio Territorial”; reconhecimento da “Importância do Alojamento Local” com papel importante na reabilitação urbana e no aumento dos rendimentos das famílias; “Motor da Economia Local” como elemento dinamizador do Turismo e oferta de qualidade, gostaríamos de alertar, para os efeitos negativos, em alguns destes fundamentos, da suspensão de novos registos de AL pelo período de 12 meses, durante a elaboração do futuro Regulamento Municipal de Alojamento Local:

- 1- É um facto que existem cerca de 13,03% de Alojamentos Locais face ao total de fogos habitacionais disponíveis no Concelho da Nazaré. No entanto alertamos que dos 13726 fogos habitacionais, 6085 são segunda habitação.*
- 2- Dos 6085 que são segunda habitação apenas 1567 estão registados como AL.*
- 3- 4518 é número de risco potencial de fogos habitacionais, que não vão transitar para habitação permanente ou arrendamento longa duração e podem entrar na atividade de alojamento turístico paralelo (Illegal) que tanto desejamos combater. Motivado apenas e só pela medida de suspensão.*
- 4- Por comparação com outros destinos de férias a suspensão cria ambiente de incerteza, levando a atividade do turismo a ressentir-se, não só os alojamentos, mas também as restantes atividades conexas.*
- 5- Municípios que elaboraram os seus regulamentos sem recurso a medidas extremas, como a da suspensão, executaram o trabalho de forma mais célere. ---*
- 6- Não nos parece que um aumento de 109 novos registos desde a entrada da nova lei em novembro, num universo de cerca de 6000 fogos de 2ª habitação, seja especialmente preocupante para tanta precaução.*

- 7- *Executar esta suspensão durante o período de época alta, também não nos parece equilibrado e proporcional, uma vez que cria também a impossibilidade de outras atividades turísticas crescerem por falta de alojamento disponível e compatível com a época do ano.*
- 8- *Se esta Assembleia Municipal decidir pela manutenção desta suspensão, o impacto negativo sentido pelos operadores turísticos poderia ser menor se a suspensão se iniciar durante a época baixa.*

Relativamente à proposta de criação de áreas de contenção no futuro Regulamento de Alojamento Local, também antecipamos e partilhamos algumas preocupações:

- 1- *As áreas de contenção envolvem agravamentos fiscais.*
- 2- *Criam desproporcionalidade e violam o princípio da proporcionalidade da constituição e de regulamentação de mercados da União Europeia.*
- 3- *Promovem o crescimento do mercado paralelo, concorrência desleal para quem cumpre com as suas obrigações legais e fiscais.*

Por outro lado, já são áreas de crescimento sustentável, quando criadas de forma fundamentada e justificada, respondem de forma mais equilibrada aos desafios do crescimento da pressão do alojamento local nos municípios. Promovendo a estabilidade dos pequenos empresários, que têm nesta atividade uma fonte de rendimento fundamental para o seu sustento e das suas famílias.

A ALEP, propõe a marcação de uma reunião, com executivo sobre esta matéria, disponibiliza-se para colaborar na elaboração do Regulamento Municipal de Alojamento Local da Nazaré, e recomenda que a suspensão da atribuição de novas licenças durante o processo de elaboração do regulamento, seja retirada da proposta pelas razões indicadas anteriormente. Obrigada e Bom Trabalho, Sofia Cardoso". -----

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a disponibilidade. -----

ORDEM DO DIA

1. **INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (Para apreciação)**

- Usou da palavra a Senhora Deputada Sara Vidal: "Sobre o relatório do Presidente da CMN":

"Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados,

Continuamos a ver mais do mesmo. Um relatório baseado em informação publicada no sítio internet da câmara e nas suas redes sociais, com pouco ou nenhum tratamento tendo em conta o envio desta informação aos membros deste órgão autárquico. Se para alguns isto pode ter pouca importância, para os membros da CDU tem muita. Quanto ao que vem descrito:

A CDU, na análise da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara e da situação financeira do Município, considera essencial fazer uma intervenção crítica, construtiva e esclarecedora.

Quanto a nós, este relatório mostra falta de Estratégia Global e Avaliação de Impacto. Embora o relatório apresente uma narrativa positiva e repleta de iniciativas culturais, sociais e ambientais, notamos uma preocupante ausência de indicadores de eficácia, de resultados mensuráveis e de objetivos estratégicos claros, como aliás temos vindo a pedir.

Não basta multiplicar eventos ou datas comemorativas: é necessário demonstrar resultados concretos nas condições de vida das populações, sobretudo nos domínios da habitação, emprego e saúde.

Se na habitação e inclusão social registamos positivamente a entrega de habitações com contratos de arrendamento apoiado a 6 agregados familiares, registamos também a nossa insatisfação pela insuficiência de resultados, num concelho com graves carências habitacionais. Isto assim está longe de ser suficiente. É preciso muito mais. Mas para isso é necessário mais trabalho e persistência para atingir esse objetivo.

Instamos mais uma vez o executivo a apresentar um plano alargado e transparente para a construção e reabilitação de habitação pública a rendas controladas.

Já quanto à dívida e gestão orçamental, referimos que, apesar da informação de redução da dívida em cerca de 2,5 milhões de euros como referem, ao fim de tanto tempo passado, o valor ainda ronda os 30 milhões de euros, o que representa um peso significativo para um município da nossa dimensão. Esta informação de redução parece-nos contrária à informação do valor contida nas contas de 2024 que iremos votar à frente, visto ali se indicar no final do ano de 2024 o valor de dívida total de 30.007.442,52€. Sendo que agora, como referem neste relatório, existe um valor em dívida de 29.847.128,56€, não

compreendemos como dizem que ela desceu 2,5M€. Mas já estamos habituados a estas habilidades contabilísticas.

A despesa em bens e serviços teve um aumento abrupto — quase 44% — sendo crucial conhecer com rigor a sua distribuição e utilidade pública, coisa que nunca fazem. Exigimos que os contratos mais significativos sejam tornados públicos, nomeadamente os realizados por ajuste direto.

Também nos documentos recebidos se confirma a litigância contínua: um claro sintoma de má administração. A lista de processos judiciais em curso é longa, grave e dispendiosa. Dezenas de ações administrativas, muitas com pedidos de indemnização elevados, algumas envolvendo irregularidades urbanísticas, e até responsabilização pessoal de autarcas anteriores.

Exigimos saber:

- *Qual o montante gasto em custas e honorários judiciais nos últimos 4 anos;*
- *Que medidas estão a ser adotadas para prevenir novas situações deste tipo;*
- *Se há responsabilidades políticas apuradas.*

Já nos contratos plurianuais: continuamos a fazer a fiscalização possível e necessária. Os compromissos plurianuais em curso — em domínios como infraestruturas digitais, energia e fiscalização de obras — levantam dúvidas sobre a sua priorização estratégica, como tanto temos referido, nomeadamente o dos Bairros Comerciais Digitais. Faltam critérios claros sobre o retorno esperado, impacto económico ou social, e alternativas avaliadas.

No Ambiente e Clima: vemos declarações sem ação. Apesar da referência ao Plano Municipal de Ação Climática, não foram ainda divulgadas metas, cronogramas ou medidas concretas. A Hora do Planeta é simbólica, mas não substitui políticas estruturantes que precisamos implementar.

A CDU propõe que esta Assembleia exija ao executivo municipal:

- *A apresentação pública do PMAC até ao final do 1.º semestre de 2025;*
- *A criação de um conselho consultivo ambiental com participação da comunidade científica e associativa local. Os problemas da prestação dos cuidados de saúde no concelho vão péssimos. A Unidade de Saúde Familiar: são só promessas vazias. É*

referido o plano para criar uma USF em Famalicão. Contudo, sem compromissos firmes por parte da ARS e sem médicos identificados, esta proposta corre o risco de ser apenas um anúncio sem execução. Exigimos que o executivo esclareça:

- *Quais os prazos operacionais definidos;*
- *Que instalações vão ser utilizadas;*
- *Que diligências já foram formalmente assumidas junto do Ministério da Saúde ou da ULS de Leiria.*
- *Que compromissos estão de facto assumidos. Como conclusão: podemos afirmar que a CDU reafirma o seu compromisso com uma gestão pública participada, transparente e com resultados. Exigimos planeamento, avaliação e responsabilidade. O nosso concelho precisa de menos propaganda, menos protagonismo, e mais transformação social duradoura. Muito obrigado. Nazaré, 29 de Abril de 2025 pelo Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré". -----*

- Usou da palavra a Senhora Deputada Telma Ferreira, que quis dirigir duas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara: saber qual o ponto de situação sobre a automatização da tarifa social da água, e da construção do Parque Infantil inclusivo? -----

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que disse que, "...do que verificaram do último relatório apresentado em dezembro, verificaram ainda, um aumento à volta de cem mil euros, o que contraria e explica o seu período de antes da ordem do dia, no sentido de dizer que, ao contrário do que é apregoado, não há diminuição da dívida, mas sim aumento, pelo menos em relação a dezembro do ano passado. E, é isso que nos preocupa e é isso que queremos ver aqui." -----

- Resumo da Apreciação ao Relatório de Gestão da CMN – 2024, Líder da Bancada do PSD – Assembleia Municipal da Nazaré: -----

"Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, -----

A análise ao Relatório de Gestão de 2024 confirma uma gestão autárquica socialista caracterizada por aumento contínuo de impostos, crescimento da despesa corrente e quebra no investimento público. -----

1. Receita e carga fiscal: -----

Desde 2018, a receita corrente aumentou cerca de 40%, com destaque para a subida de 7% só entre 2023 e 2024. As taxas e multas dispararam: +51% face a 2023 e +119% face a 2021. Os nazarenos — trabalhadores, reformados e empresários — são quem mais tem suportado este esforço. -----

2. Despesa e má gestão:

Apesar da receita crescente, não há eficácia na despesa:

- Despesa corrente aumentou 31% desde 2018*
- Despesa com pessoal cresceu 87%*
- Gastos em bens e serviços subiram 32%*

Em 2023, o município registou um saldo negativo de cerca de 700 mil euros, comprometendo a capacidade de investimento e de redução da dívida.

3. Investimento público: -----

A Câmara revelou-se incapaz de responder aos desafios da habitação, mobilidade, saneamento e espaços públicos.

O investimento caiu 30% nos últimos anos e 25% só em 2024.

Mais grave ainda: 33% dos fundos FEDER disponíveis não foram utilizados, o que demonstra inação e falta de visão.

4. Endividamento e futuro do concelho: -----

Com adesão ao FAM desde 2018, o município amortizou apenas 5,8% da dívida. Ao ritmo atual, só será paga por volta de 2055. Entre 2021 e 2024, a dívida praticamente não se reduziu, caindo apenas 72 mil euros. Isto compromete gravemente qualquer investimento futuro ou alívio fiscal. -----

Conclusão:

Temos uma gestão assente em carga fiscal elevada, descontrolo da despesa e ausência de investimento estruturante. -----


Fl. 543


O PSD defende uma gestão mais rigorosa, focada nas pessoas, na habitação e na captação eficaz de fundos europeus". -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara**, para responder: que relativamente à questão que se prende com os custos judiciais, irá ter um montante, e também em relação a outras questões colocadas pela deputada Sara Vidal, serão enviadas resposta mais à frente. Que, a questão do Polo de Saúde de Famalicão, será praticamente uma realidade e que se estará na fase de transição do espaço atual para uma componente cedida pelo Clube Recreativo Estrela do Norte, que irá ser usado provisoriamente enquanto a obra irá ser feita, e que terá a ver com o alargamento do atual espaço, e que se encontram a decorrer os tramites normais, sendo uma obra PRR. Sobre a questão dos médicos, disse que, apesar de não ter a ver diretamente com a Câmara, não deixam de exercer a pressão necessária para que se esteja precavido com os médicos. Que, ainda no dia de ontem, em reunião de Câmara deram conta que tinham a possibilidade de ter dois médicos aposentados a trabalhar, mas que atendendo ao retardar da resposta, um deles já terá desistido de trabalhar. Que tentam "aliciar" os médicos com condições, mas que não têm tido sucesso. Sobre a habitação, frisou que, têm inscrito em orçamento a Estratégia Local de Habitação, um milhão de euros, e que pretendem fazer alguma coisa. Que, também, pretendem mexer na tarifa social e que o Parque Inclusivo, encontra-se com o Dr. Milton Estrelinha. -----

- **Usou da palavra o Dr. Milton Estrelinha**, para prestar informações: que relativamente aos Parques Inclusivos, disse que, tem sido intenção do executivo, olhar atualmente para aqueles que têm em vigor, e adaptá-los aquilo que será a proposta do Bloco de Esquerda, na medida de se criar condições na medida de os tornar inclusivos. Que, haverá pequenas requalificações, naqueles que já existem – Fanhais, Sítio, junto ao Centro Cultural... ou seja, que se pretende prepará-los e adaptá-los para ir de encontro ao que foi a proposta apresentada. Que, já foi solicitado à Divisão de Obras Municipais e Ambiente o levantamento das necessidades. Que, pode dar a título de exemplo, que têm em todos os equipamentos de diversão infantil - nos baloiços, querem que se deixe de ter duas cadeiras, ditas normais, passando a ter uma cadeira inclusiva. Que, se estará a proceder a esse levantamento, a ser elaborado um mapa de quantidades associado a esse movimento e que estarão a fazer os esforços necessários para que tudo se processe. ----

- **Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente, Orlando Rodrigues** para prestar informações: que relativamente à tarifa social automática, disse que, será um assunto que não acompanhou em detalhe, mas que irá tentar perceber aquilo que serão as tramitações. Que, nos Serviços Municipalizados já atribuíram esse tipo de subsídio a várias pessoas – a classe piscatória, os bombeiros. Que, os critérios de que se fala, quem reúne os requisitos para essa atribuição, será quem tiver complemento solidário do idoso, rendimento social de inserção, subsídio social de desemprego, abono de família, prestação social de invalidez e prestação social de velhice. Que, semanalmente, até a um ano atrás, despachava largas dezenas de pedidos, em que o Município dará esse tipo de apoio. **Interveio a Senhora Deputada Telma Ferreira**, que referiu que, não se

encontrava a dizer que o Município não presta apoio social. O que se encontra a dizer, será que o Município da Nazaré não terá em vigor, a automatização da tarifa social da água – que a medida, servirá para as pessoas que já usufruem; que será um processo simples de fazer, porque as pessoas que já usufruem da tarifa social da energia já estarão identificadas e nessa medida, essas pessoas, passarão automaticamente a receber a tarifa social da água. Que, essa medida, o município ainda não aprovou, já aprovada em Assembleia, mas que ainda não se encontra em vigor, estando no momento, fora do apoio social. Que, as pessoas querem ter a sua vida facilitada e se o Município pode e deve facilitar a vida de quem mais precisa, deverá fazê-lo! **Intervio o Senhor Vice-Presidente, Orlando Rodrigues**, para dizer que, também será verdade, que muitas pessoas não lidam com as tecnologias e que têm um Gabinete da Ação Social que dará esse apoio e essa resposta. Que, o modelo poderá ser implementado e que não vê razões para que não seja aplicado. **Intervio a Senhora Deputada Telma Ferreira**, para dizer que o que foi acordado, foi que essa medida seria possível e que já não a estará a ver como possível! Que, se a medida se não for ainda padronizada será porque existem municípios que preferem não gastar dinheiro no apoio social, e que será uma escolha política. Que, foi um compromisso assumido pelo Bloco de Esquerda, sendo uma medida fácil de realizar e que não vê qualquer justificação para não apoiar as pessoas mais pobres e que já recebem uma tarifa social da energia. -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara** para dizer que os serviços da Ação Social já se encontram a atribuir a tarifa social, mas mediante critérios e de uma avaliação socioeconómica e quem tem essa necessidade já terá essa tarifa. **Intervio novamente a Senhora Deputada Telma Ferreira**, para dizer que compreende o que o Senhor Presidente disse – que o Município da Nazaré terá uma tarifa social, mas não terá a tarifa automática e que será isso que o Bloco de Esquerda, pretende e que volta a dizer, que não existe qualquer justificação para não tornar a vida das pessoas que precisam mais fácil. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Sara Vidal**, para dizer que, quando às vezes faltam argumentos irão sempre buscar argumentos antigos como o caso de a CDU ter votado contra o orçamento, como aliás votaram outras bancadas, e que até a Freguesia de Famalicão votou contra, e que será do próprio partido socialista. Que votaram, na generalidade, porque se houvesse a possibilidade de votar na especialidade, se calhar as coisas, seriam de forma diferente. Mas, o que verdadeiramente importa, e ao qual o Senhor Presidente não respondeu, será o facto de que existe carência habitacional e que mesmo havendo orçamento, e chegados ao fim do mandato, as coisas não se realizaram. Que, essa carência habitacional, deveria ser prioritária, que se encontra em orçamento, mas que na prática não foram feitas, daí o alerta da CDU. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

2. *PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO 2024, DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ E SEUS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS (Apreciação e votação).*

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que disse, não haver diminuição da dívida mas sim aumento em relação a dezembro do ano passado. referiu que a Câmara Municipal fechou o ano de 2024 com um resultado negativo de aproximadamente 404 mil euros, invertendo-se o superavit de 1.7 milhões de euros registados em 2022 – as receitas totalizaram dezassete milhões e duzentos mil euros com uma diminuição de 489 mil euros face a 2022, as despesas ascenderam a dezassete milhões e seiscentos mil, com um aumento aproximadamente de 1.6 milhões de euros em relação ao ano anterior. Que, a dívida total perfaz 31.8 milhões composta por 27.2 milhões de euros de empréstimos ao Fundo Municipal do FAM, 516 em empréstimos bancários e 1.9 milhões de euros de outras contas a pagar. Que importa referir, que impostos indiretos representam 48.7 das receitas correntes com destaque para o IMI, IMT, IUC e derrama que superaram as previsões orçamentais. Que, as despesas com o pessoal, 5.7 milhões, representam 32% das despesas totais; aquisição de serviços 5.4 milhões de euros correspondente a 30% das despesas totais. Que, não será tudo “rosas” e para quem tem tanta fundamentação para com o passado, nos 12 anos, o que queriam, seria ouvir dizer que a partir da próxima semana já teriam o IMI a pagar menos. -----

- Usou da palavra o Senhor Deputado Valter Soares:

“A Prestação de Contas do Município da Nazaré referente ao ano de 2024 traduz, de forma clara e objetiva, o trabalho consistente e determinado desenvolvido pelo executivo municipal ao longo do último ano. Num cenário de desafios económicos e sociais, o Município demonstrou, uma vez mais, a sua capacidade de gestão, planeamento e ação em prol do interesse público. -----

É com sentido de responsabilidade política que saudamos o executivo pelo percurso trilhado, marcado pelo rigor financeiro, pelo reforço da coesão social e pelo investimento em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do nosso concelho. Em 2024, foram dados passos fundamentais na preparação e projeção do futuro da Nazaré em vários eixos estruturantes, sem com isso esquecer, por exemplo, o apoio dado ao movimento associativo, à cultura, à área social, ao desporto ou às nossas Juntas de Freguesia, elementos essenciais na construção de uma comunidade mais participativa, dinâmica e solidária. -----

Por outro lado, longe vai o tempo onde, nestes documentos, assistíamos ao descontrolo financeiro da autarquia. Hoje, e fruto do trabalho do Partido Socialista que sozinho procurou e idealizou uma solução para o problema de anos, vemos uma Câmara Municipal com a sua dívida a reduzir-se sem qualquer tipo de manobras ou “artes de ilusionismo”, apenas com uma garantia: seriedade, compromisso e transparência na

resolução dos problemas do concelho da Nazaré. Naturalmente que na política pode existir várias interpretações ou opiniões, contudo os documentos e números neles contidos aqui apresentados não metem! -----

Este documento é, pois, mais do que um documento técnico-financeiro. É o reflexo de uma governação com visão, com coragem política e de proximidade para com as pessoas. É a prova de que quando há vontade política, rigor e transparência é possível continuar a construir um concelho mais coeso, mais atrativo e mais preparado para o futuro. ----

O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Nazaré reconhece e deixa o seu profundo agradecimento a todos os técnicos municipais que contribuíram para alcançar os objetivos propostos e, hoje, aqui apresentar de forma fiável e com toda a transparência aquela que foi a dinâmica do exercício económico de 2024. -----

A população do concelho da Nazaré sabe que pode contar com os eleitos do Partido Socialista para que, de forma transparente e sustentada, os problemas do quotidiano se vão resolvendo. É essa a nossa matriz e é nisso que empenhamos todo o nosso esforço!”

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para dizer que, os objetivos a que se propuseram estarão alcançados e que haverá leituras diferentes! Que, será um facto o estarem em condições de baixarem impostos, e de garantir publicamente que no final de 2024, no dia 31 de dezembro, não tinham pagamentos em atraso, sendo um ponto de honra e a meta que tentaram alcançar e que conseguiram! Quis reforçar os parabéns a todos os técnicos, Dr. Ricardo Carapau, Dra. Lara e o Dr. Cláudio Varela dos SMN e Milton Estrelinha, do ponto de vista político. -----

- Usou da palavra o Dr. Milton Estrelinha, que começou por agradecer ao setor de Contabilidade da CMN e aos SMN e reforçando os nomes citados pelo Senhor Presidente da Câmara, incluiu a Dra. Mafalda Figueiredo e também a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dra. Helena Pola, que será quem supervisiona. Relativamente ao orçamento, a taxa de execução apresentada, evidencia que tem havido um grau de melhoramento no que diz respeito à sua concretização. Que, não conhece nenhum Município em Portugal que tenha atingido 100% de eficácia. Que, na sua opinião e com quem tem trabalhado, se continua a fazer investimento na Nazaré, que não pararam no que diz respeito à matriz programática, e que serão visões, quando foi afirmado, que se poderia ter feito mais. Relativamente à dívida, e ao valor cobrado de impostos, deverá haver alguma clareza – apesar do valor obtido em impostos e a execução provará isso, importa referir, que não foi o PS que mexeu nas taxas a aplicar, mas sim, o resultado de todo um dinamismo de uma economia a acontecer, feito de acordo com a Lei e ao que foram obrigados. Que, têm sim, que resolver os problemas existentes e afirmaram que teriam soluções para aquilo que seria factível, onde o Município se pudesse reorganizar, financeiramente, e que tem pena que tenha sido o PS a votar favoravelmente, e que a CDU se absteve. Que, a dívida, se encontra a baixar. Que, na página 122 do documento, e ao analisar aquilo que será a evolução comparativa

com anos anteriores, vê-se um valor em dívida de trinta milhões e que na Informação escrita do Presidente, à data de hoje, se estará no vinte e nove milhões e oitocentos mil euros! Disse que, atualmente, com as entidades que auditam, que fiscalizam, não será permitido o tipo de manobras, “artes de ilusionismo” – que aqui foi apresentado, demonstra com clareza os valores apresentados. Que, a dívida do Município da Nazaré, se encontra a baixar, que se encontra a recuperar e por parte dos eleitos do Partido Socialista, existirá responsabilidade, cumprimento com todas as entidades que auditam e fiscalizam. Que o que vê no documento, será claro – dívida a diminuir e investimento, sem parar. -----

“Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Nazaré votam favoravelmente a Prestação de Contas do Exercício Económico do ano 2024 da Câmara Municipal da Nazaré e seus Serviços Municipalizados uma vez que este documento proporciona toda a informação orçamental, denotando-se, em igual sentido e em toda a sua extensão, o fornecimento de um conjunto de pressupostos financeiros necessários à adequada avaliação das contas municipais, nas quais destacamos a transparência, o rigor e a consistência do documento apresentado. -----

No documento constata-se uma concretização positiva das taxas de execução do Plano de Atividades Municipais (PAM) e do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) – aproximadamente de 83% -, considerando as premissas assumidas nas Grandes Opções do Plano para o exercício económico 2024, e que se traduz, na sua essência, num incremento da qualidade de vida de cada município. -----

Por outro lado, a concretização deste nível de execução orçamental prova que a cada orçamento apresentado pelo Partido Socialista, e aprovado unicamente por nós, cada rubrica e ação prevista não é mera miragem, mas sim um ponto estratégico de execução para o nosso concelho. -----

Estes fatores foram determinantes para o equilíbrio financeiro alcançado, sem comprometer os investimentos estruturantes e as respostas sociais que o concelho exige. O Município da Nazaré, e isso é visível de forma inequívoca nos documentos apresentados, cumpriu o princípio do equilíbrio orçamental quer através do ponto 3.3 do POCAL quer com base no estipulado Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais. -----

O resultado líquido positivo evidenciado resulta de uma gestão criteriosa, responsável e rigorosa dos fundos municipais, que permitiu encerrar o exercício de 2024 com uma situação financeira equilibrada e sustentável. Essa mesma gestão torna agora possível incorporar o saldo de gerência, dando resposta a um conjunto de necessidades que tem vindo a ser solicitadas. -----

Em suma, e de forma muito pragmática, a correta gestão e execução do Orçamento Municipal em 2024 permite-nos, agora, consolidar operações fundamentais para o nosso quotidiano. -----

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Nazaré reafirmam o seu compromisso numa gestão municipal empenhada, transparente e próxima das pessoas, que saiba utilizar os recursos disponíveis com equilíbrio, visão estratégica e sentido de responsabilidade. Esse tem sido o nosso desígnio e, por muito que tentem negar, os factos

estão à vista de todos. Os eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

– PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO 2024, DA CÂMARA MUNICIPAL DA NAZARÉ E SEUS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS – CDU:

“Os membros eleitos pela CDU neste órgão acompanham a análise feita pelo vereador da CDU do Relatório de Gestão e Contas da CMN referente ao exercício económico de 2024 porque este revela uma série de fragilidades e desequilíbrios que justificam, por parte da CDU, um voto contra a aprovação destes documentos apresentados pelo executivo do PS, porque eles espelham, claramente e de forma inegável, a política desastrosa e descaracterizada de valores sociais e comunitários que deveria, com maior vigor, contemplar.

Em primeiro lugar, a baixa execução da receita total (82,71%) e da despesa (79,62%) revelam dificuldades crónicas na previsão e concretização das políticas públicas. É preocupante que, num contexto em que os desafios sociais e económicos se mantêm elevados, haja uma incapacidade em concretizar quase 20% do orçamento aprovado. Destaca-se negativamente a execução da receita de capital, com um nível de concretização de apenas 35,26%, e mais grave ainda, o desvio de menos 64,74% em relação ao orçamentado. Isto significa que os investimentos públicos estruturantes continuam a ser sistematicamente adiados, em prejuízo da população e das freguesias.

A CDU lamenta que as transferências de capital e outras fontes de financiamento para investimento real estejam tão abaixo do esperado, o que compromete a capacidade do município em melhorar as infraestruturas, apoiar a habitação, ou reforçar equipamentos educativos, sociais e culturais.

Por outro lado, verificamos um aumento da receita proveniente de impostos diretos, - nomeadamente IMI e IMT — que, embora pareça revelar um certo dinamismo do mercado imobiliário, não têm correspondência com investimentos nas áreas sociais que beneficiem a maioria da população, operando a tão desejada, mas não materializada, redistribuição da riqueza, como tantas vezes temos apontado e justificado a sua urgente necessidade também neste órgão. Esta pressão fiscal, num concelho com problemas sociais persistentes - e que se têm vindo a agravar, como o próprio diagnóstico social, traçado no projeto “Radar Social”, assim o comprova. Ora, esta problemática exige uma redistribuição mais justa das receitas públicas produzidas pelas cativações fiscais, através de um substantivo reforço do investimento nas áreas sociais, ambientais e culturais. O que não se verificou, não só em 2024, mas se verifica ter sido uma opção clara dos executivos do PS ao longo destes dolorosos 12 anos, pelo menos para a maioria da população, dado que uma percentagem muito diminuta desta está claramente satisfeita com este tipo de políticas, a aferir pelos índices de concentração de riqueza no

F. S. J.
fl. 549
9

concelho que é dos maiores de toda a região centro, como os eleitos pela CDU já tiveram oportunidade de comprovar.

Em matéria de recursos humanos, verifica-se o aumento do número de trabalhadores e, conseqüentemente, o aumento do valor financeiro dos custos com o trabalho na autarquia. Mesmo aumentando o número de trabalhadores nos quadros, a despesa com avenças e contratação externa ultrapassa 3,2 milhões de euros. O executivo do PS continua a recorrer a serviços externos para funções que deviam estar asseguradas pelos quadros permanentes da autarquia. Em vez de investir na valorização profissional e reforço na aptidão do pessoal efetivo, mantém um modelo de dependência de contratos precários, por avença ou subcontratação, sem estabilidade nem transparência. Sabemos bem o que está por detrás deste tipo de contratação precária: a subserviência que a precariedade fomenta, instalando o medo permanente nos avençados, para assim assegurar a necessária manutenção do seu voto pelos eleitos – como temos afirmado bastas vezes, não há verdadeiramente democracia sem independência económica! Logo, este jogo de dependências é absolutamente necessário à perpetuação da degradação da democracia e da subjugação destas centenas de pessoas ao poder político em exercício. A CDU defende um serviço público com recursos próprios, com trabalhadores integrados nos quadros, com valorização das carreiras e com transparência na afetação dos recursos públicos.

Para isto ser possível é apenas necessário ter a CDU a governar a autarquia!

Podíamos aqui dissecar os números por categoria profissional de trabalhadores, mas não o iremos fazer. Da nossa análise, podemos afiançar que a autarquia da Nazaré tem atualmente mais de 540 pessoas ao seu serviço, distribuídas pela Câmara, Serviços Municipalizados, empresa municipal e avençados, tendo tido com isto um encargo financeiro total superior a 12,7 milhões de euros em 2024.

Este universo de despesa levanta uma questão essencial: estamos com isto a garantir serviços públicos com qualidade, ou apenas a alimentar uma estrutura pesada, opaca e sem plano estratégico na defesa do interesse público?

A CDU continua a defender uma gestão com rosto humano, transparente, com quadros reforçados e valorizados nas suas carreiras — e não o uso sistemático da subcontratação e terceirização, “in house”, para camuflar fragilidades estruturais e mais o resto que sabemos e temos corajosamente identificado.

No campo ambiental, económico e da transparência, faltam indicadores objetivos sobre resultados concretos, metas e impactos reais dos projetos realizados. Os relatórios são extensos em descrição, mas escassos em avaliação crítica e medição de impactos. Sabemos todos que a dívida ao FAM continua a ser a maior condicionante da liberdade

de ação do Município, mas não é a única. Importa por isso referenciar que esta falta de ação se reflete nos exagerados custos de bens e serviços, impostos, taxas e tarifas que estão a ser suportados pela população local há já demasiado tempo.

Em 2024, a Nazaré, - entenda-se, os seus munícipes! - pagou mais de um milhão de euros só ao FAM, capital e juros, — recursos que fazem falta à habitação, ao ambiente, à saúde, à educação, à ação social, às freguesias, aos transportes públicos, à melhoria das redes: viária; de distribuição de água; de recolha de RSU, de saneamento urbano e pluvial, Etc. Isto por culpa das políticas pouco orientadas e desastrosas que têm sido prosseguidas pelos executivos de PSD e PS na CMN ao longo dos últimos cerca de 32 anos, que nos colocaram com uma dívida financeira colossal para pagar.

Se esta prestação de contas continua a esconder a rigidez imposta por este modelo de recuperação financeira, que está longe de deixar responder aos problemas reais das populações, a verdade é que os exemplos de despesismo mostrados pelos executivos do PS nos últimos mandatos, levados ao extremo com os milhões de euros gastos em jogos de praia e desportos de mar, não podem ser esquecidos quando falamos no necessário abaixamento do valor da dívida e na necessária discussão sobre o também muito necessário abaixamento dos impostos, de taxas e tarifas cobradas à população local.

Só a CDU tem atacado e feito oposição, com fundamento, a esta forma de governação despesista e defendido categoricamente o caminho para a necessidade do abaixamento da dívida nos últimos anos, por ser a maneira certa para se poderem baixar os impostos à população.

Ainda não vai ser neste mandato que tal acontecerá, pois, o executivo desde 2022 que não consegue excedentes financeiros para amortizar a dívida como seria necessário. A diminuição do valor em dívida está a acontecer como tinha de acontecer, pelo pagamento obrigatório da amortização do capital em dívida e não por outra razão. Apenas por isso! Por muitas voltas que dêem para nós não têm desculpa pelo que estão a fazer passar a população do nosso concelho, que está a pagar pelo máximo tudo o que são custos nos serviços públicos essenciais e impostos diretos e indiretos, taxas e tarifas. Todos os eleitos pelo PS, todos mesmo, e em todos os órgãos autárquicos, deviam era ter vergonha por terem sempre defendido tal forma de governar. Nem vale a pena agora renunciarem aos mandatos; ou se tentarem descolar; ou se mostrarem descontentes e críticos com as tropelias do vosso anterior líder, a quem durante mais de uma década sempre adularam, apoiaram e defenderam e nunca fizeram frente! Isto tudo, para nós e para a maioria da população é que é vergonhoso de ver e de sentir na pele e na carteira. E não se vislumbram melhoras com os futuros protagonistas já anunciados, que trarão o mesmo tipo de políticas agarradas a si! Mesmo que alguns vistam agora as camisolas do avesso! A CDU e os seus eleitos exigem transparência, justiça orçamental e a renegociação da imposição da cobrança dos impostos e taxas pelo máximo, criando prazos que permitam

libertar recursos para investir na vida das pessoas e não apenas nos credores. Isso é possível com trabalho certo, bem definido e sério!

Face a tudo isto, a CDU entende que este relatório à gestão da CMN representa a continuidade de uma política de gestão centrada na burocracia, com fraca ambição social e limitada capacidade de execução.

Já a análise à prestação de contas dos Serviços Municipalizados da Nazaré (SMN) relativa ao ano de 2024 levanta sérias preocupações quanto à eficácia, à transparência e à orientação estratégica da sua gestão.

A CDU vota também contra esta prestação de contas pelos seguintes motivos:

1.º - Incapacidade de execução orçamental plena. Apesar do saldo positivo (cerca de 1,07 milhões de euros), os níveis de execução orçamental ficaram aquém do esperado: Receita total executada: 89,13%. Despesa total executada: apenas 86,95%. Despesa de capital com execução de apenas 64,36%. Isto evidencia uma dificuldade estrutural em concretizar investimentos previstos, em especial na modernização de infraestruturas e equipamentos essenciais que tanto necessitam intervenção.

2.º - Falta de ambição no investimento. Apesar de ser um ano de recuperação, apenas 675 mil euros foram investidos em bens duradouros, sendo que, muitos projetos ficaram por pagar (78 mil euros em compromissos por pagar, eventualmente por faturação atrasada em final de ano). Despesas em áreas-chave como reabilitação de redes e reservatórios tiveram fraca execução (por ex., apenas 70,27% no equipamento básico). Os investimentos em transportes e tecnologias foram residuais, o que é grave tendo em conta os desafios de mobilidade e digitalização dos serviços públicos.

3.º - Elevada dependência de receitas próprias sem visão redistributiva. A receita obtida (8,55 M€) baseia-se sobretudo em tarifas pagas pelos utentes, especialmente água, saneamento e resíduos — ou seja, serviços essenciais. A ausência de transferências correntes do Estado (0€ em 2024) não foi colmatada com qualquer política de tarifário social ou progressivo. Não se vislumbra uma política de justiça tarifária, nem a aposta em aliviar os encargos sobre os agregados mais vulneráveis. Ao contrário, a receita por "tarifa de disponibilidade" aumentou (870 mil euros), penalizando sobretudo os que consomem pouco.

4.º - Crescimento da despesa com pessoal sem estratégia de qualificação. As despesas com pessoal subiram para 3,3 M€ — valor recorde — mas o aumento de despesa com pessoal não foi acompanhado por medidas visíveis de qualificação, modernização ou valorização profissional.

5.º - Falta de planeamento ambiental e transparência nos resultados. Apesar da participação em programas como o PAPERSU 2030 e recolha de bio resíduos, os dados são apresentados de forma descritiva, sem metas claras ou indicadores de impacto ambiental. Não há avaliação do contributo efetivo para os objetivos climáticos e ambientais europeus.

6.º - No final do exercício de 2024, as disponibilidades em caixa evidenciadas nas demonstrações financeiras quando comparadas com o mapa da tesouraria, apresentam uma divergência de 248.650 euros, (248.650 euros em 2023) que não correspondem efetivamente a meios líquidos disponíveis. Isto por si só é um gravíssimo problema legal que importava resolver com eficácia e dentro da legalidade. Na análise que fizemos a estes complexos documentos financeiros, não nos restam dúvidas de que mesmo que o executivo e quem o apoia diga o contrário, os números e os factos descritos nos relatórios são motivo mais do que suficiente para os votarmos contra. É isso mesmo que faremos! Nazaré, 29 de Abril de 2025 O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”.

Usou da palavra a Senhora Deputada Sara Vidal, Declaração Voto – CDU:

“Os eleitos pela CDU na Assembleia Municipal da Nazaré vêm, ao abrigo do n.º 3, do Art. 58.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e do n.º 1, do art.º 35.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro, apresentar o seu **voto de vencido**, relativamente ao **ponto 2** da ordem do dia desta reunião, nos seguintes termos: -----

- A CDU vota contra os Relatórios de Gestão e Contas de 2024 do Município da Nazaré e dos Serviços Municipalizados pelas razões e com fundamentação abaixo descrita para cada um. -----

Tendo em conta a nossa intervenção na análise e discussão dos assuntos deste ponto, que não pode ser dissociada desta declaração de voto mais sintética, resulta para a nossa decisão de votarmos contra as contas da Câmara Municipal, o seguinte: -----

1º - Fraca execução orçamental, com especial incidência na receita de capital (35,26%) e despesas de investimento (62,73%), demonstrando incapacidade do executivo em realizar projetos estruturantes. -----

2º - Pressão fiscal elevada, com um crescimento da receita via impostos diretos (nomeadamente IMI e IMT), sem que esse aumento se traduza em melhorias palpáveis nas condições de vida da população. -----

3º - Desigualdade na afetação de recursos, com pouca transparência sobre critérios de investimento nas freguesias e áreas de maior vulnerabilidade. -----

4º - Deficiente valorização e qualificação do quadro de pessoal, com necessidade de acompanhamento e formação adequada a quem entra e aos encarregados e chefias para reforço da capacidade de planeamento e execução. -----

5º - Ausência de avaliação crítica e indicadores de resultado que permitam aferir a eficácia e impacto das políticas públicas implementadas. -----

6º - Gestão reativa e pouco transparente, com decisões pouco participadas e centradas

em compromissos político-partidários em vez das reais necessidades dos munícipes. ---
Haveria, certamente, muito mais razões a colocar aqui para justificar esta nossa posição
e voto. Deixamos essa parte para quem deve fiscalizar com maior rigor estas contas e a
verificação correta dos números apresentados nas mesmas. -----

Já quanto à Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados da Nazaré, e na mesma
linha de intervenção na discussão do ponto, os eleitos pela CDU votam contra pelas
seguintes razões: -----

1º - Execução orçamental deficiente, especialmente na componente de investimento
(execução de apenas 64,36%), revelando incapacidade em concretizar o plano e
orçamento previsto. -----

2º - Baixa ambição na modernização dos serviços, com investimentos reduzidos em
renovação de redes, eficiência energética e mobilidade sustentável. -----

3º - Ausência de políticas sociais tarifárias, penalizando os utentes com menores
rendimentos, numa lógica estritamente financeira e pouco solidária. -----

4º - Crescimento da despesa com pessoal sem aparente reforço da qualificação, com um
quadro de pessoal altamente assimétrico e pouco orientado para a inovação na resposta
aos desafios ambientais e tecnológicos. -----

5º - Insuficiente transparência na avaliação de resultados, ausência de metas ambientais
mensuráveis e falta de indicadores de desempenho na recolha seletiva e eficiência dos
serviços. -----

6º - Os auditores a manterem a reserva na opinião sobre as contas dos SMN, quando
informam que no final do exercício de 2024, as disponibilidades em caixa evidenciadas
nas demonstrações financeiras quando comparadas com o mapa da tesouraria,
apresentam uma divergência de 248.650 euros, (248.650 euros em 2023) que não
correspondem efetivamente a meios líquidos disponíveis. Julgávamos este problema
resolvido, mas o executivo do PS e o Conselho de Administração dos SMN, neste como
em muitos outros casos, ainda não o resolveram. -----

O relatório dos Serviços Municipalizados revela intervenções na rede de abastecimento
de água que apontam para um problema crónico: perdas de água e ineficiência da rede.
Contudo, não são apresentados dados objetivos sobre a quantidade de água perdida ou
sobre a evolução desses indicadores. Há aqui clara falta de informação e, por
consequente, de transparência. -----

A CDU considera inadmissível que em 2025, um conselho de administração de um
serviço público de distribuição de água não apresente no relatório um balanço hídrico
transparente e metas concretas de combate ao desperdício durante 2024. Num tempo de
crise climática e escassez hídrica, é fundamental assumir compromissos claros: menos
perdas, mais eficiência e mais investimento em controlo e manutenção da rede, mais
informação direcionada aos munícipes sobre formas de atuação preventiva de gastos
exagerados. -----

A CDU continuará a defender uma gestão dos serviços públicos assente na justiça social,
na valorização dos trabalhadores, na eficiência ambiental e na proximidade aos
cidadãos. -----

A CDU considera que o município precisa de um novo rumo: mais investimento público,
mais justiça social, maior responsabilização dos eleitos, mais participação cidadã e mais

transparência na gestão dos recursos públicos. -----
 Por tudo o exposto, votamos contra os documentos financeiros, referentes ao exercício de 2024, apresentados pelo executivo da autarquia a esta assembleia. Nazaré, 29 de Abril de 2025, O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que referiu que a Câmara Municipal fechou o ano de 2024 com um resultado negativo de aproximadamente 404 mil euros, invertendo-se o superavit de 1.7 milhões de euros registados em 2022 – as receitas totalizaram dezassete milhões e duzentos mil euros com uma diminuição de 489 mil euros face a 2022, as despesas ascenderam a dezassete milhões e seiscentos mil, com um aumento aproximadamente de 1.6 milhões de euros em relação ao ano anterior. Que, a dívida total perfaz 31.8 milhões composta por 27.2 milhões de euros de empréstimos ao Fundo Municipal do FAM, 516 em empréstimos bancários e 1.9 milhões de euros de outras contas a pagar. Que importa referir, que impostos indiretos representam 48.7 das receitas correntes com destaque para o IMI, IMT, IUC e derrama que superaram as previsões orçamentais. Que, as despesas com o pessoal, 5.7 milhões, representam 32% das despesas totais; aquisição de serviços 5.4 milhões de euros correspondente a 30% das despesas totais. Que, não será tudo “rosas” e para quem tem tanta fundamentação para com o passado, nos 12 anos, o que queriam, seria ouvir dizer que a partir da próxima semana já teriam o IMI a pagar menos. -----

Aprovada por maioria com doze votos a favor; onze votos contra e uma abstenção. -----

3. 1.ª ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA, DA DESPESA, DO PAM E DO PPI (Apreciação e votação).

- **Usou da palavra o Senhor Deputado Cláudio Miguel Lopes Peça:**

“Estamos perante uma alteração orçamental que, embora formalmente enquadrada e legal, surge sem a transparência e estratégia que o uso de um saldo de gerência exige. A CDU defende que este reforço financeiro extraordinário deveria ter sido objeto de discussão ou pelo menos de informação pública, nem que fosse em anterior reunião de câmara. Até neste assunto reconhecemos a falta de estratégia de longo prazo: as intervenções propostas reforçar são pontuais e muito dispersas, faltando uma visão integradora do território ou uma orientação estratégica clara (ex. habitação acessível, apoio à juventude, mobilidade sustentável, estratégia ambiental, ou seja, cumprindo os direitos constitucionais). Os Critérios de seleção das soluções apresentadas são pouco claros: não se justifica com profundidade por que razão estes projetos específicos são reforçados e não o são outros. Do mesmo modo, existe ausência de informação sobre impacto social mensurável: o reforço orçamental não é acompanhado de indicadores de resultado ou de avaliação de eficácia. Na nossa visão, deveriam dar prioridade a projetos com impacto social estruturante, como a construção e recuperação de habitação social, ou abrindo a discussão com participação efetiva da população e das freguesias para saber das suas prioridades, como antes referimos. A alteração surge como decisão administrativa com parca discussão e informação pública, sem evidência de consulta às

Juntas de Freguesia ou às associações locais, apesar de estas últimas serem beneficiárias diretas em algumas rubricas a reforçar. Esta nossa crítica, construtiva, acontece por entendermos que a proposta carece de esclarecimento político aos eleitos e à população sobre como estas decisões contribuem para o desenvolvimento do concelho. A CDU defende uma maior democratização da gestão orçamental, com participação cidadã nos processos de afetação de saldos — por exemplo, através de auscultação a instituições locais ou consultas públicas sobre obras não iniciadas ou não concretizadas em orçamentos anteriores. Nazaré, 29 de Abril de 2025 O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal da Nazaré”. -----

- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, para responder: salientou que houve diálogo com a Junta de Famalicão e com a do Valado, e que parte da verba, cerca de 60%, será para pagar uma dívida aos Serviços Municipalizados, sendo a restante para obras que as Juntas têm necessidade e referiu – o alcatroamento em cada uma das duas Freguesias, havendo um valor atribuído a cada uma delas, rondando os cinquenta mil euros. Que, outro valor que não se encontrava previsto e que por força das necessidades irá ser acrescentado, terá a ver com as festas de Famalicão. Que, terão de atribuir, 15.000 à Junta de Famalicão, para que essas festas se realizem, porque foram confrontados com uma impossibilidade – que durante o mês de agosto, o Pavilhão de Famalicão e o Clube Recreativo Estrela do Norte, irão estar em obras. Que têm os Wc's do Parque Infantil do Valado dos Frades, o alargamento do cemitério de Famalicão, o Pavilhão, sendo algumas das obras plasmadas no saldo de gerência. -----

Aprovada por maioria com vinte e três votos a favor e uma abstenção. -----

4. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL – DAF – SETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO (Apreciação e votação).

Aprovada por unanimidade.

5. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2025 – GABINETE TÉCNICO FLORESTAL (Apreciação e votação).

Aprovada por unanimidade.

6. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2025 (Apreciação e votação).

- Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio que solicitou um esclarecimento: que viu no ponto, que irá ser aprovado um lugar para um Técnico Superior, para Jurista. Que se deparou, que existe um outro concurso para os Serviços Municipalizados também para um Técnico Superior Jurista. Questionou se, no critério de atribuição de um júri, será possível que no mesmo, sejam colocadas pessoas que não detenham a qualificação

de quem irão avaliar? Que, em concreto, existe um concurso a decorrer em que nenhum elemento do júri será jurista? Como irá ser o critério de avaliação? -----

- **Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara**, que houve um Técnico Jurista que se ausentou e existiu a necessidade de o substituir. -----

- **Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente**, que disse que, o Conselho de Administração tomou posse no dia de ontem, e uma das decisões que irá ser tomada, amanhã, será suspender todos os concursos que se encontram em vigor, para avaliação

Aprovada por unanimidade. -----

7. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO GESTÃO DA PRAIA DA NAZARÉ (Apreciação e votação).

Aprovada por unanimidade. -----

8. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO GESTÃO DA PRAIA DO SALGADO (Apreciação e votação).

Aprovada por maioria com dezassete votos a favor e sete abstenções. -----

9. PROPOSTA DE REDELIMITAÇÃO DA ARU DO SÍTIO DA NAZARÉ (Apreciação e votação).

- **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio**, que questionou a razão de vir à Assembleia uma Proposta de Redelimitação da ARU do Sítio da Nazaré? **Interveio o Senhor Presidente da Câmara** para responder: que o motivo principal, será tentar incluir uma área maior, nomeadamente da Ladeira do Sítio, sendo que a mesma precisa de uma intervenção e terá de ser candidatada. **A Senhora Deputada Tânia Gandaio**, usou novamente a palavra para questionar, se fosse caso contrário, seria atribuição por parte da APA? -----

- **Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente**, para prestar alguns esclarecimentos: que como sabem, existem financiamentos para requalificação urbana, Que, a ladeira do Sítio em termos etnográficos merece essa qualificação, e que a tentativa foi incluí-la ou na ARU da Nazaré ou na ARU do Sítio – Áreas de Reabilitação Urbana. Que se quiserem executar a obra, será muito mais fácil com financiamento comunitário do que sem ele! Que, será urgente resolver essa questão. Que, ao momento, têm em orçamento cerca de duzentos e tal mil euros, numa fase, sem financiamento comunitário, sendo uma hipótese, o avançar, eventualmente depois do verão. Que, existe, e havendo a hipótese de haver financiamento comunitário que só se aplica às áreas das ARU, e aplicável a esse investimento, será uma mais valia tentar ir buscar esse financiamento. -----

- *Usou da palavra o Dr. Milton Estrelinha para prestar esclarecimentos: que relativamente à Ladeira do Sítio ela encontra-se inscrita em orçamentos, já há algum tempo. que, foi também, identificado no quadro do ITI – o quadro que elege o conjunto de operações que o Município da Nazaré identificou para financiamento. Aconteceu que saiu o aviso e que numa dessas alterações que vem do centro 2020 para o centro 203, existentes sempre alterações nos programas comunitários – sendo uma delas, todas as operações que digam respeito às situações de requalificações de arruamentos de estradas há obrigatoriedade de estarem inseridas dentro da ARU das áreas do Município. Quando tal foi detetado, se solicitou aos serviços técnicos que procedessem à alteração para se poder submeter a candidatura. -----*

Aprovada por unanimidade. -----

10. ALTERAÇÃO DO PDM DA NAZARÉ POR ADAPTAÇÃO – DECLARAÇÃO DE EXCEÇÃO, NOS TERMOS DO N.º 5 DO ARTIGO 199.º DO RJGT (Apreciação e votação).

Aprovada por unanimidade, retirar o ponto. -----

11. PLANO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS – APROVAÇÃO FINAL (Apreciação e votação).

Aprovado por unanimidade. -----

12. TÉRMINUS DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA DO PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ (Regulamento de Venda Ambulante) (Apreciação e votação).

Aprovado por unanimidade, retirar o ponto. -----

13. PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE JÚRI - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL, PARA CHEFE DE DIVISÃO MUNICIPAL, CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU, PARA CHEFE DA DIVISÃO DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO (Apreciação e votação).

Aprovada por unanimidade. -----

14. REGULARIZAÇÃO DE DIVERGÊNCIA NOS MEIOS LÍQUIDOS DISPONÍVEIS (Apreciação e votação).

Aprovada por unanimidade. -----

15. PROPOSTA DO PARTIDO SOCIALISTA PARA SUSPENSÃO DE NOVOS REGISTOS PARA ALOJAMENTO LOCAL NO CONCELHO DA NAZARÉ (Apreciação e votação)

- *Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio, que questionou se a proposta seria do Partido socialista ou se seria de Salvador Formiga, como vem assinada? -----*

- *Usou da palavra o Senhor Deputado Cláudio Peça, que disse que a CDU, irá acompanhar a proposta do Partido Socialista porque entendem que ...” esta atividade económica tem de ser regulada como qualquer outra e nada nos move contra os alojamentos locais, nada disso, mas entendemos que o seu crescimento desenfreado prejudica um direito primordial, o direito à habitação. A Senhora Ana Sofia Cardoso, quer fez a sua intervenção do público, percebemos, ouvimos as suas palavras, e que respeitamos naturalmente, que está a defender a associação que preside, mas que em nenhum momento sobre direitos conflituantes que é aquilo que está em causa, que é o direito à habitação e o direito a explorar uma atividade económica, através desse direito. E, portanto, aplaudo esta medida e que seja implementada, mas não isoladamente. É uma medida que faz sentido, acompanhada de tantas outras – limitação das rendas, construção ordenada, e o Estado deve fazer também o seu papel e regulamentar esta atividade. “ -----*

- *Usou da palavra a Senhora Deputada Telma Ferreira, que quis dar umas notas: que a medida será muito bem-vinda, mas que tem de considerar o que o representante da CDU acabou de dizer, no sentido de que não será só essa medida que será necessária. Que, o problema da habitação, será um problema gravíssimo – será provavelmente o grande problema social, em que as pessoas não terão acesso a uma habitação digna. Que, o Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente a medida, e que nada têm contra o Alojamento Local. Que têm a consciência que a vila da Nazaré teve muitas famílias que sobreviverem partilhando as suas casas com pessoas vindas de outros países e poderem receber alguma coisa em troca disso. Que, a realidade de hoje será muito diferente – o alojamento local que se espalhou por todos os territórios que têm grande incidência turística, lida com constrangimentos da falta de habitação. Que, existe habitação acima do rendimento da população, existe o excesso de alojamento local que não tem sido regulado, mas que a medida deverá ser acompanhada exatamente com outras medidas que serão urgentes, sendo necessário se fazer uma constante atualização das necessidades da população nazarena. -----*

Intervenção - Discussão da Proposta sobre Alojamento Local - PS

“Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

A proposta que hoje debatemos parte de uma convicção que partilhamos: governar é, acima de tudo, encontrar equilíbrios — entre o passado e o futuro, entre o crescimento económico e a proteção social, entre a valorização do turismo e a defesa do direito à habitação. -----

É inegável que o Alojamento Local (AL) teve, e continua a ter, um papel decisivo no desenvolvimento da Nazaré. Impulsionou a reabilitação urbana, valorizou o nosso património, dinamizou a economia local e diversificou as fontes de rendimento de muitas famílias. Foi, também, essencial para projetar a Nazaré a nível internacional como destino turístico de excelência. -----

Não está em causa penalizar o AL nem travar o turismo, que são motores fundamentais do nosso concelho. O que discutimos hoje é a necessidade de assegurar que esta atividade possa continuar a crescer, mas de forma equilibrada, regulada e sustentável. -----

É precisamente porque o AL foi tão bem-sucedido que agora enfrentamos novos desafios. O aumento acelerado dos registos, sobretudo na freguesia da Nazaré, está a criar uma forte pressão sobre o mercado da habitação, encarecendo os preços e reduzindo a oferta disponível para arrendamento de longa duração. -----

A proposta do Executivo assenta, por isso, em dois pilares essenciais: -----

- A suspensão temporária de novos registos de Alojamento Local, por um período de 12 meses, em todo o concelho; -----

- O arranque imediato do processo de elaboração do Regulamento Municipal do Alojamento Local, que permitirá tratar esta matéria com o rigor e a profundidade que ela exige: -----

Importa sublinhar que esta proposta está em linha com o novo enquadramento legislativo nacional, aprovado pelo atual Governo da AD (Aliança Democrática). Esta convergência reforça a legitimidade da medida e confirma a sua importância no contexto mais amplo das políticas públicas para a habitação e o turismo. -----

A suspensão proposta é uma medida preventiva, que cria condições para que o regulamento seja elaborado com base numa realidade estável, sem ser condicionado por alterações de última hora. Durante este período, os registos já existentes continuarão a exercer a sua atividade normalmente. -----

O futuro regulamento terá de encontrar o equilíbrio necessário entre: -----

- A promoção do turismo e o direito à habitação; -----

- A preservação dos centros históricos já saturados e a oportunidade de desenvolvimento noutras freguesias; -----

- A liberdade de iniciativa privada e o planeamento urbano ao serviço da comunidade.

É esse o verdadeiro desafio: construir um modelo de crescimento que respeite quem investe, mas que também proteja quem vive e trabalha na Nazaré. -----

Hoje, discutimos uma proposta que não é de rutura, mas de responsabilidade. Uma proposta que procura assegurar que o futuro da Nazaré continue a ser de oportunidades — para os visitantes, sim, mas também e, sobretudo, para quem cá reside. -----

Por isso, é com sentido de responsabilidade e de compromisso com o interesse público que discutimos esta iniciativa do Executivo". -----

- **Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara**, para responder à questão da Senhora Deputada Tânia Gandaio — que a autoria da proposta era do vereador Salvador Formiga, mas tendo ele interesses na matéria, entenderam que deveria ser ele o autor da proposta e enquanto representante do Partido Socialista e não como representante do executivo, um risco completamente calculado, normal, ser ele a apresentar a proposta e naquela qualidade. -----

- **Usou da palavra o Senhor Deputado António Absalão** que depois de cumprimentar todos disse que não consegue perceber a justificação dada — que o Senhor vereador Salvador Formiga só teria de pôr: Salvador Formiga, representante do Partido Socialista, e estaria tudo certo! Que, ele assinou a medida, como vereador e que agora com essa leitura do texto da bancada socialista, se teve a confirmação de que será uma proposta do executivo, que estará no texto. Que, sendo uma proposta do executivo, não será uma proposta do Partido Socialista, e que não se poderá confundir as coisas. Que, gostaria de saber, se essa situação terá alguma implicação legal para que o ponto possa estar ali na sessão da Assembleia? Que será uma proposta do Partido Socialista onde irão votar ou será uma proposta do executivo? Se for uma proposta do executivo, como estará mencionado no texto o ponto estará incorreto, tendo de ser retirado e volta novamente como uma proposta do executivo. **Interveio a Dra. Helena Pola** para prestar esclarecimentos: que terá a ver com a forma como os próprios editais serão feitos, que têm em conta o título dos documentos que serão assumidos quando vão a reunião de Câmara e depois vêm à Assembleia Municipal. Que a Dra. Paula Veloso, que faz os editais, copia o título do assunto e esse assunto seria uma proposta do PS, como foi apresentado, logo mantendo-se no edital convocatório. Que, a partir do momento que a proposta for aprovada pelo executivo, transforma-se numa proposta do executivo em termos da sua apresentação à Assembleia. Que todos os pontos agendados, o estarão,

apenas e só porque foram aprovados pela Câmara Municipal, sendo todos, propostas do executivo. Que, o título, será o título do assunto. Que percebe o que o Senhor Deputado António Absalão comenta, e que possa dar ajo a um tipo de confusões e que se poderá repensar a forma de editar os assuntos. O que se encontra em votação será uma proposta do executivo. **Questionou de seguida, o Senhor Deputado António Absalão:** que a questão será no início do procedimento – que foi tratada como uma proposta do Partido Socialista e assinada pelo vereador Salvador Formiga e pergunta, se existe essa legitimidade? Se um vereador pode assinar pela proposta do Partido Socialista? Que pensa que não, porque serão coisas diferentes. **Respondeu a Dra. Helena Pola,** que disse que, do ponto de vista jurídico diria que, sendo uma proposta do partido, deveria ser subscrita por todos os elementos. Que se será ilegal ou se não representa a vontade do partido socialista, a resposta será que não! Que, o título da proposta, será elucidativo, ficando à descrição a forma como entendem votar. **Interveio o Senhor Deputado António Absalão,** que questionou se legalmente esse procedimento será correto ou não? Se existe legitimidade de o vereador assinar ou não? Respondeu a Dra. Helena que os elementos do PS ratificam essa posição, porque senão já teriam manifestado a sua concordância. Que pode não ter sido a melhor forma, de formalmente apresentar o assunto e que não lhe parece incorreto porque se encontra ratificado pelos restantes elementos do partido. – **Usou da palavra a Senhora Deputada Tânia Gandaio,** que questionou a Dra. Helena Pola se saberia o número de processos de alojamento desde a entrada da proposta, ao que a mesma respondeu, que não tem essa informação, porque esses processos são de outra Divisão e não na sua, mas que sabe que têm entrado muitos pedidos de novos alojamentos locais. Fez ainda, referencia ao facto de o Dr. Carlos Tomás ter perdido o recurso e que se encontram à espera das instruções dos advogados para pedir o reembolso do que lhe foi pago. -----

Intervenção na Assembleia Municipal – Suspensão de Novos Registos de Alojamento Local – PSD:

“Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Caros Membros do Executivo,
Caros Municípes,

Hoje, somos chamados a debater uma proposta que, na nossa perspetiva, exige ponderação, seriedade e, sobretudo, responsabilidade. Está em causa a suspensão de novos registos de Alojamento Local no nosso concelho, uma proposta aprovada em Reunião de Câmara e agora trazida a esta Assembleia por um executivo socialista. Trata-se de uma medida com impacto direto sobre a economia local, as famílias e o futuro da nossa vila da Nazaré. -----

A proposta em causa parte do princípio — recorrente, mas infundado — de que o Alojamento Local é o principal responsável pela escassez de habitação e pela subida

dos preços do arrendamento. Ora, esta é uma visão redutora da realidade. É fácil culpar o turismo e o AL pelos problemas complexos do setor habitacional, mas é também perigoso fazê-lo sem qualquer base factual ou estudo técnico. -----

Nos últimos 12 anos, não foi feito qualquer investimento significativo em habitação pública no nosso concelho. Por outro lado, por várias vezes se dificultou também o investimento privado. Como podemos, então, atribuir ao Alojamento Local a culpa pelo problema da habitação, quando não se criaram alternativas viáveis ou suficientes?

O Alojamento Local, especialmente na vila da Nazaré, tem sido uma das principais fontes de rendimento das nossas famílias. Permitiram-se requalificar casas herdadas, gerar rendimento extra e sustentar despesas essenciais como a educação dos filhos. O AL tem sido igualmente um motor de requalificação urbana, de dinamização económica e de atração turística, em benefício claro da nossa economia local. -----

A proposta que hoje se discute foi apresentada por um vereador que, além de já ter proposto a aplicação de uma “tarifa turista”, é também ele próprio detentor de ---- unidades de Alojamento Local. Perante este facto, colocamos uma questão legítima: não será esta medida extrema e precipitada? A suspensão total de novos registos, sem qualquer estudo que o fundamente, parece-nos uma reação desproporcionada e carente de transparência. -----

A alternativa é clara: defendemos a elaboração de um regulamento municipal, com base num estudo sério, técnico e participado, que identifique zonas de maior pressão e estabeleça critérios objetivos para novos registos. Esta abordagem permitiria equilibrar os interesses em jogo, proteger a população local e valorizar o papel que o Alojamento Local tem na nossa comunidade. -----

Vivemos tempos em que se tornou moda culpar o turismo por todos os males das cidades e vilas. Esta tendência revela não apenas falta de sensatez, mas também um profundo desconhecimento da realidade. O que verdadeiramente precisamos é de mais oferta habitacional — pública e privada — e não de medidas simbólicas que apenas agravam a instabilidade e minam a confiança dos nossos cidadãos. -----

Estamos a favor de um planeamento urbano equilibrado, onde o turismo e a população residente possam coexistir em harmonia. E é por isso que rejeitamos soluções apressadas que colocam em causa os investimentos e as expectativas legítimas das famílias da Nazaré. -----

Por tudo isto, apelamos ao bom senso desta Assembleia para que esta proposta não seja aprovada sem um estudo sério, sem debate público e sem a construção de um verdadeiro regulamento que sirva o interesse de todos. Muito obrigado”. -----

Declaração de Voto - PS

“Acompanhamos favoravelmente a proposta apresentada no que respeita à suspensão temporária de novos registos de Alojamento Local e à elaboração de um Regulamento Municipal para esta atividade. -----

Consideramos que a medida é equilibrada, responsável e necessária para proteger o acesso à habitação, promover um crescimento sustentável do turismo e garantir um desenvolvimento harmonioso do nosso concelho. -----

Sublinhamos ainda que esta decisão está alinhada com o enquadramento legislativo nacional aprovado pelo Governo da AD, o que reforça a sua legitimidade.

Votamos, assim, a favor, confiando que este será um passo importante para assegurar o futuro equilibrado da Nazaré — para quem nos visita, mas, sobretudo, para quem aqui vive”. -----

Declaração de Voto Vencido - PSD:

“Líder da Bancada do PSD – Assembleia Municipal da Nazaré

Na qualidade de Líder da Bancada do PSD na Assembleia Municipal da Nazaré, venho por este meio apresentar a declaração de voto vencido relativamente à proposta de suspensão de novos registos de Alojamento Local no concelho da Nazaré. -----

A nossa bancada votou contra esta proposta por a considerarmos precipitada, desproporcionada e sem suporte técnico ou estatístico que a justifique. Esta medida parte de um pressuposto redutor e incorreto: o de que o Alojamento Local é o principal responsável pelos problemas habitacionais do concelho. Ora, é do conhecimento geral que, nos últimos 12 anos, não foi realizado qualquer investimento público relevante em habitação e, por diversas vezes, até se dificultou o investimento privado. -----

O Alojamento Local tem sido uma das principais fontes de rendimento para muitas famílias da Nazaré, possibilitando a requalificação de imóveis antigos, o apoio à educação dos filhos e a dinamização do tecido económico local. Ignorar este contributo é ignorar uma parte significativa da realidade social e económica da nossa vila. -----

Acresce que esta proposta é apresentada por um vereador do executivo socialista que já tinha proposto anteriormente a aplicação de uma “tarifa turista” e que, simultaneamente, é proprietário de unidades de Alojamento Local. Este facto levanta questões legítimas sobre a coerência e a isenção das decisões agora propostas.

Acreditamos que a solução adequada e equilibrada passa pela elaboração de um regulamento municipal, fundamentado num estudo técnico rigoroso, que identifique zonas de maior pressão e defina critérios claros para a atividade de Alojamento Local. Só assim será possível garantir uma convivência harmoniosa entre o turismo e as necessidades habitacionais da população residente. -----

Por todas estas razões, enquanto líder da bancada do PSD, declaro o nosso voto contra esta proposta, reafirmando o nosso compromisso com políticas públicas justas, equilibradas e sustentadas em dados concretos e não em medidas simbólicas ou populistas. Nazaré, 29 de Abril de 2025, Tânia Gandaio". -----

- Aprovada por maioria, o teor da proposta, que entrará em vigor a 06.05.2025, com dezassete votos a favor e sete votos contra. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA ASSIM O DETERMINAR.

Após leitura, foi aprovada, por unanimidade. -----

Por nada mais haver a tratar, sendo vinte e três horas e cinquenta e quatro minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu os trabalhos por encerrados de que, para constar, se lavrou a presente Minuta de Ata, assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia, e por mim, Ana Paula de Sousa Veloso, Técnica Superior, que a redigi e subscrevi. -----

